



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação

**CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL NO SENAI: TEORIA DO CAPITAL HUMANO E/OU  
TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO?**

**KEROLYM AMARAL MADRILIS**

Brasília, Janeiro de 2013.



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação

**CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL NO SENAI: TEORIA DO CAPITAL HUMANO E/OU  
TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO?**

**KEROLYM AMARAL MADRILIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação do professor Dr. Erlando da Silva Rêses.

Brasília, Janeiro de 2013.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (Orientador)**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

**Prof. Dr. Maria Conceição da Silva Freitas**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

---

**Prof. Dr. Lívia Freitas Fonseca Borges**

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília, Janeiro de 2013.

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus por guiar e iluminar o meu caminho, fazendo com que eu chegasse até aqui. Sem ELE eu nada seria.*

*Aos meus pais pelo exemplo de vida, pelo amor, pelos ensinamentos e o apoio que tem me dado sempre.*

*Ao meu orientador, Erlando Rêses, pelo ensino, apoio e orientação. Foi ótimo trabalhar com o senhor.*

*As minhas irmãs, por serem exemplos a ser seguidos.*

*As minhas amigas, que sempre estão ao meu lado, me incentivando na busca pelos meus sonhos.*

*Ao meu namorado, que tem sido um verdadeiro companheiro de vida, pelo carinho.*

*Aos professores que tive e aos alunos e colegas que tive durante a graduação, pela troca de experiências.*

*A todos aqueles que de certa forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, muito obrigada!*

## RESUMO

A Educação Profissional do SENAI sempre foi referência na capacitação e qualificação de pessoas para o trabalho. Desde o seu surgimento até os dias atuais, o SENAI busca alinhar os estudos de formação básica à produção de mão de obra qualificada para atender as necessidades da indústria brasileira e promover o crescimento da economia do país. Diante do exposto, a presente pesquisa buscou analisar a relação da Educação Profissional com o Sistema S e com a teoria do capital humano e/ou com o trabalho como princípio educativo, tendo em vista a sua inserção no sistema capitalista e seus ideais sociais. O principal objetivo da pesquisa é investigar se a Educação Profissional do SENAI visa à formação integral do indivíduo a partir do trabalho, ou se o se é apenas um meio para que os sistemas de produção tenham a quantidade de mão de obra necessária para se perpetuar. Para a realização desta pesquisa, fez-se uso do método de pesquisa qualitativa e da técnica de análise documental acerca de trabalhos de pesquisadores como Frigotto (1984), Manfredi (2002), Saviani (1989) da área de Educação e Trabalho e do programa de desenvolvimento institucional do SENAI. A análise e reflexão a cerca desses documentos, do sistema capitalista no qual nos inserimos e da responsabilidade mínima do Estado diante das questões sociais foi possível concluir que a Educação Profissional do SENAI tem uma relação intrínseca com a teoria do capital humano, tornando-se capaz de alienar o homem e reduzi-lo a força de trabalho necessária para manutenção do sistema.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Teoria do Capital Humano. Trabalho como Princípio Educativo. Sistema S. SENAI.



## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>Memorial.....</b>	<b>5</b>
<b>1ª Parte: Referencial .....</b>	<b>7</b>
1. Educação e Trabalho.....	8
2. Trabalho como Princípio Educativo.....	11
3. Teoria do Capital Humano.....	14
4. Educação Profissional.....	16
5. Sistema S.....	24
6. SENAI – Plano de Desenvolvimento Institucional.....	26
7. Sistema Público e Privado.....	34
<b>2ª Parte: Metodologia.....</b>	<b>39</b>
1. Análise Documental e Discussão de dados.....	40
<b>3ª Parte: Conclusão.....</b>	<b>54</b>
1. Considerações Finais.....	55
2. Perspectivas Profissionais.....	57
<b>Referências Bibliográficas:.....</b>	<b>60</b>





## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a educação e o trabalho têm sido práticas inerentes à própria existência do homem. Seja para a própria sobrevivência, para a obtenção de capital ou para o seu desenvolvimento integral. A educação para o trabalho e a proveniente do trabalho tem caracterizado o tipo de educação que se construiu no Brasil, que visava o preparo do indivíduo para o exercício de uma profissão e do seu desenvolvimento como um cidadão completo.

Ao longo dos anos, no entanto, o trabalho tem deixado de anteder ao seu princípio educativo e voltando-se para o acúmulo de capital. Com isso, as desigualdades sociais e a reprodução de papéis opressores e oprimidos, têm sido utilizadas para justificar o anseio por uma colocação profissional e pela acumulação de capital.

A Teoria do Capital Humano, formulada pelo economista Theodore Schultz no final dos anos 50 e início da década de 60, surge para elucidar a relação existente entre renda do trabalhador e capacitação e desenvolvimento contínuo. Essa teoria coloca a competitividade econômica, o desenvolvimento social e o progresso tecnológico de um país como consequência do estoque de capital humano que o país possui. Nesse sentido, embasada pela teoria capitalista, essa teoria reduz a educação à perspectiva de criação de capacitação voltada para o trabalho.

Com isso, a escola torna-se mediadora dos interesses do capitalismo, na qual prevalecem as relações de produção, competitividade e individualismo. Nesse sentido o Sistema S, que surgiu a partir dos interesses da classe dominante, também possui relação íntima com os interesses do capitalismo e com a valorização do capital. Com a influência da Teoria do Capital Humano, as ações da educação profissional e as políticas educacionais adotadas pelo SENAI voltaram-se ao oferecimento de educação superficial e funcional para o trabalho, para que seus sujeitos tivessem condições mínimas de competir no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, o presente trabalho preocupa-se em investigar as relações existentes entre a educação e o trabalho, na qual se busca compreender se a educação profissional se baseia no trabalho como princípio educativo, ou se apenas dissemina as concepções adotadas pela Teoria do Capital Humano.

O presente trabalho organiza-se em três partes. Na primeira parte, é apresentado ao leitor o referencial teórico que busca fazer um breve panorama a cerca da relação entre Educação e Trabalho, considerando a concomitância de ambos com a própria origem do homem, do Trabalho como Princípio Educativo, que visa o desenvolvimento integral do indivíduo a partir das práticas de trabalho, da Teoria do Capital Humano, que reduz o homem a ferramenta de produção de capital e força de trabalho, da Educação Profissional, que visa o preparo de seus sujeitos aliando desenvolvimento e capacitação para o trabalho, do Sistema S, que apesar de possuir ideais sociais foi constituído a partir de interesses capitalistas e do Plano Institucional de Desenvolvimento do SENAI, que sobrepõe o preparo para o trabalho ao trabalho como princípio educativo.

Na segunda parte da pesquisa, relatou-se a metodologia e a discussão dos dados. Para a investigação proposta, adotou-se o método de pesquisa qualitativa e da técnica de análise documental para que fosse analisada a trajetória da Educação Profissional brasileira, a origem do Sistema S e da prática do SENAI no que se refere aos programas de educação profissional nas modalidades de capacitação e qualificação.

Na terceira e última parte do trabalho, são feitas as considerações finais a cerca da pesquisa aqui desenvolvida, assim como as minhas perspectivas futuras como profissional da educação.

## MEMORIAL

No decorrer do curso de graduação conheci várias vertentes e caminhos a seguir no curso de Pedagogia, porém só no último semestre encontrei uma área de pesquisa que despertou o meu interesse. Por muito tempo acreditei que queria trabalhar com a educação infantil, pois desde o ingresso na faculdade essa era uma área na qual eu já trabalhava.

Em contrapartida, a educação infantil me pareceu uma área muito popular e com possibilidades de pesquisa muito exploradas, sendo os trabalhos da área muito repetitivos. Por essa razão percebi que queria algo diferente. A temática do trabalho e a sua relação com a estrutura da sociedade e da educação logo me veio à cabeça, despertando o meu interesse desde as aulas de história da época da escola.

Sem saber ao certo o porquê, matriculei-me na disciplina de educação e trabalho e comecei a pesquisar e me interessar sobre a relação do trabalho e da educação na sociedade em que estamos inseridos. Percebendo o grande potencial de pesquisa e a minha desorientação, conheci o professor Erlando Rêses e pedi que ele me ajudasse a entender e escolher o caminho que eu poderia seguir.

Dada a supervalorização da qualificação contínua, da empregabilidade e do fator humano como diferencial competitivo para as pessoas, as empresas e o país, vimos uma excelente oportunidade de analisar até que ponto a educação atual exerce o seu papel em desenvolver o cidadão de forma integral e qual é a influência que o capitalismo e a privatização das funções sociais do Estado exercem sobre a educação, em especial na modalidade profissional.

Partindo do exposto, escolhemos o SENAI, uma instituição privada de interesse público, sem fins lucrativos como foco da pesquisa, pois além de se voltar para a educação como preparo para o trabalho como um de seus princípios, permite que se entenda as relações entre o público e o privado na sociedade capitalista, mesmo em uma instituição voltada para as práticas sociais.

Partindo dessa problemática e fazendo uso da técnica de análise documental, proveniente da pesquisa qualitativa, reuni trabalhos de autores renomados que abordam a relação entre educação e trabalho, do trabalho como princípio educativo, da teoria do capital humano e das relações entre público e privado para comparar com projeto

institucional de desenvolvimento do SENAI e analisar quais desses conceitos se aplicam na teoria e/ou nas práticas da instituição voltadas para a educação profissional.

Como todo processo de pesquisa, a trajetória da minha pesquisa foi longa. A definição da problemática, do plano de pesquisa, a reunião dos documentos a ser analisados e sua execução foram sendo feitos de modo que tudo se encaixasse e eu tivesse um resultado satisfatório ao final do trabalho. Fiquei muito satisfeita com o trabalho e feliz por conseguir cumprir mais essa etapa.

**1ª PARTE**

**REFERENCIAL TEÓRICO**

## **1. EDUCAÇÃO E TRABALHO.**

A educação e o trabalho sempre possuíram uma relação íntima e dialética entre si. Enquanto a educação prepara o indivíduo para o trabalho, o trabalho promove a educação, através do seu exercício. Ao longo da organização social do homem e da maneira pela qual ele buscava sua sobrevivência, a aprendizagem e o trabalho estiveram presentes. Pode-se dizer que o surgimento do trabalho e da educação foi concomitante a própria origem do homem.

É através da atividade produtiva de determinado tipo, que o homem visa a um objetivo determinado, tornando o trabalho uma condição da existência humana independente de qual seja a forma de sociedade. O trabalho torna-se uma necessidade externa que media o metabolismo entre o homem e a natureza sendo, portanto, a própria vida humana.

Segundo Marx citado por Frigotto (1984) o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, no qual o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza como um das suas forças. Atuando assim sobre a natureza externa, modificando-a e ao mesmo tempo modificando sua própria natureza, seu interior.

Assim como o trabalho, a educação é inerente à origem do homem. Ainda na organização gentílica da sociedade no chamado “comunismo primitivo”, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios e dos modos de produção, aprendendo a trabalhar e garantindo sua sobrevivência. Passando esse conhecimento de geração em geração.

Quando ainda existia tal modo de produção comunal, não havia divisão social, ou detenção de poder por parte de um sobre os demais. De forma coletiva, os homens cuidavam da terra, produziam seu sustento e aprendiam a suprir suas necessidades imediatas. Possibilitando assim que eles escolhessem a forma de produzir, exercendo total controle sobre a produção.

Anos mais tarde, o desenvolvimento da produção e da reprodução social, consolidou o surgimento da sociedade capitalista e incitou a propriedade privada. Percebendo a importância da terra para a sobrevivência, os homens tornaram-na objeto

de apropriação e fonte de poder. Quem a possuía passava a exercer poder sobre os demais, fazendo emergir assim a divisão de classes.

Neste contexto, considerando que o trabalho é necessário a sobrevivência humana, os donos das terras passaram a não trabalhar e a sobreviver do trabalho alheio, se sujeitando apenas à educação e à posse de saber científico, técnico e socialmente produzido proveniente da escola formal, inerente a sociedade de classes e resultante da dualidade, que emergiu da divisão de classes entre proprietários e trabalhadores e do capitalismo.

A relação entre trabalho e educação pode ser interpretada de várias formas. Segundo Saviani (2007), a maneira mais incoerente, é que contrapõe de modo excludente a educação e o trabalho, tendo em vista a ligação intrínseca que possuem entre si. De acordo com o pesquisador, a tendência dominante atualmente é a de situar a educação no âmbito do não trabalho, tornando-se um objeto de consumo, de caráter improdutivo.

A palavra escola, por sua vez, é de origem grega e significa lugar do ócio. Por isso, a educação era tida como lugar de acesso das classes ociosas. A classe dos proprietários de terra e a classe dominante possuíam educação diferenciada, sendo destinada à classe dominante a chamada educação escolar. Já a educação geral, destinada à classe proletária, era obtida através do próprio trabalho ou voltada para o trabalho. Eles aprendiam fazendo. Lidando com a realidade e transformando-a para sua sobrevivência.

De acordo com Frigotto (1984), a origem da escola se dá ao longo século XVIII de forma concomitante com a ascensão da burguesia e do capitalismo, que emergiam da ciência moderna e da crescente necessidade de conhecimento vinculado às bases dos processos produtivos. Com isso, a escola é representada pela burguesia, como uma instituição pública, gratuita, universal e laica, que tem como função integrar as novas gerações, socializar o conhecimento científico de forma sistêmica e desenvolver uma nova cultura.

Frigotto (1984) ainda coloca que a escola burguesa não poderia atender a todos de igual modo, devido à divisão de classes existente. Através da educação, a sociedade capitalista buscou implantar uma divisão de classe, na qual os detentores de capital se

contrapunham aos trabalhadores que detinham apenas de força física e intelectual para ser vendida.

Assim como a sociedade, como foi dito anteriormente, a educação foi então dividida em classes. Ela era diferenciada entre os proprietários de terra, os donos das indústrias e os “não proprietários”. A classe dominante possuía uma educação mais complexa, que desenvolvia conhecimentos, atitudes e valores voltados para a organização, direção e comando. Era uma formação intelectual. Enquanto os trabalhadores e “não proprietários” possuíam uma educação voltada à prática, restrita, adestradora e centralizada nas habilidades manuais.

Diferente da sociedade pré-existente, a sociedade moderna passou a pautar-se no contrato social. O trabalho passou a ter uma “falsa” liberdade, na qual ela era proprietário da sua força de trabalho, podendo vendê-la a classe dominante do capitalismo.

Nesse sistema liberalista, a educação propicia ao trabalhador apenas o conhecimento necessário para transformar sua força de trabalho em produção, garantindo maior mais-valia. Com isso, pode-se perceber o caráter contraditório que a escola possui, pois ao mesmo tempo que ela procura atender as exigências do sistema capitalista e diz-se voltada para a formação integrada, desconsidera vários de seus princípios e limita o saber destinado ao trabalhador, buscando apenas moldá-lo.

Segundo Smith, citado por Frigotto (1984) a instrução para os trabalhadores é em doses homeopáticas, pois eles precisam apenas de instrução para desempenhar seu papel na sociedade capitalista, visto que os trabalhadores não poderiam ter conhecimento que extrapolassem a necessidade do sistema, pois se o tivessem iriam começar a questioná-lo. Promovendo instrução restrita aos trabalhadores, a sociedade capitalista conseguia moldar e garantir a obtenção de seus interesses. Para a sociedade, é melhor ter trabalhadores alienados do que pessoas críticas ao seu sistema.

Nesse contexto, durante o processo de desenvolvimento da produção capitalista surgem o Taylorismo e o Fordismo, processos produtivos das organizações fabris. Eles concentravam um grande número de trabalhadores em estruturas organizacionais que se dividiam em níveis operacionais, de supervisão, planejamento e gestão, cujo objetivo era a produção em massa de produtos e agregação de capital.



Diante do desenvolvimento desses novos meios de produção, a escola precisou qualificar os trabalhadores, dividindo-os para as tarefas intelectuais e manuais. Os conteúdos passaram a ser fragmentados e desconectados. O ensino destinado aos trabalhadores era voltado para o seu desempenho manual, a fim de gerar maior produtividade e qualidade de serviço.

## **2. TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

O art. 1º, caput, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” O que significa que a educação está relacionada à formação geral da pessoa e que o trabalho possui caráter educacional.

Segundo Ciavatta (1990), os princípios são leis ou fundamentos gerais, derivados de leis específicas. Em relação ao trabalho como um princípio educativo, essa colocação faz referência à relação entre a educação e o trabalho, na qual é reconhecido o caráter de formação do trabalho e da educação como ações humanizadoras do ser humano. É por meio destes, que o homem se torna capaz de desenvolver as suas potencialidades humanas. O trabalho torna-se meio de produção de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais.

Deve-se considerar também, que na sociedade moderna na qual vivemos, o trabalho e a produção dos meios de existência do homem ocorrem inerentes ao sistema capitalista. Sistema este que se fundamenta na obtenção de capital, na apropriação privada da mão de obra do trabalhador, detendo também seus meios de produção como já dito anteriormente.

Desde sua origem, o homem faz uso dos bens da natureza, transformando-os para garantir sua sobrevivência e a aquisição de conhecimento. Anos mais tarde, porém, ele passou a colocar sua mão de obra a serviço dos outros, os empresários e donos de terra, incitando as formas de dominação e fazendo com que o trabalho passasse a ter outro sentido. Agora além de ser fonte de sobrevivência, o trabalho passa a ser mercadoria a

ser trocada por remuneração, gerando capital tanto para quem detém, quanto para quem compra.

Segundo John Locke, Adam Smith e Karl Marx citados por Ciavatta (1990), a transformação do significado do trabalho garantiu-lhe um sentido de positividade, visto que passou a ser fonte de propriedade, de toda riqueza, de produtividade e expressão da capacidade do homem. O trabalho até então tido como essência do homem, partiu de quem ele é e tornou-se a atividade mais elevada da atividade humana.

A partir do Século XVI, considerando o Renascimento e a partir do século XVIII, com surgimento do industrialismo e a ocorrência da Revolução Industrial, o trabalho passou a nortear a vida do ser humano. De lá para cá, o trabalho passou a definir as pessoas. O exercício de uma profissão e a remuneração pela tal fez do homem um ser engessado.

Ainda no comunismo primitivo, o trabalho gerava apenas bens de valor de uso, ou seja, o homem produzia aquilo que precisava para a sua sobrevivência. Anos mais tarde, já na era capitalista, o trabalho direcionou-se para a produção de bens de valor de uso e de troca. Quando este se torna objeto de troca, o tempo de trabalho e a produção do ser humano equivalem-se a salários e alimentam as relações de exploração e dominação.

A ocorrida separação do trabalhador de seu próprio saber gerou o que Marx (2004) chamou de alienação. Esse fenômeno baseia-se na submissão do trabalho e do trabalhador aos regimes autoritários de dominação, privação e autonomia e exposição a condições de trabalho exploratórias.

Nesse sentido, Ciavatta faz um questionamento em relação à educação brasileira, ressaltando a incoerência presente entre o trabalho como princípio educativo de caráter humanizador, conforme colocado na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e o trabalho como ferramenta de alienação e engessamento dos trabalhadores.

Mesmo diante desse paradoxo, desde o início do século XX, o preparo para o trabalho manual se fez cada vez mais presente nas instituições de ensino. Nesse mesmo período ocorreu também a introdução da educação politécnica advinda do socialismo, que visava à formação integral do homem. A educação deveria contemplar a formação humana nos aspectos físicos, mentais, intelectuais, práticos, laborais, estéticos e políticos, combinando os estudos com o preparo para o trabalho.

A educação, definitivamente, deixou de possuir apenas fins assistenciais e passou a se voltar para o preparo para o trabalho em fábricas e indústrias também. Exemplo desse novo papel da educação foi a criação do Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado no governo de Getúlio Vargas em 1943.

Estudiosos da época buscaram a disseminação de uma educação que fosse intermediária, que unisse a instrução com o trabalho, a educação politécnica. Porém, essa sofria resistência devido ao caráter socialista que possuía.

De acordo com Ciavatta (1990), Gramsci propõe uma escola unitária que se expressa na unidade entre instrução e trabalho. Formando homens capazes de produzir, mas também de ser dirigentes e governantes. Para ele, a dualidade da educação não deve existir, visto que a educação intelectual não exclui a educação tecnológica. Para que a formação do homem seja completa, ele deve conhecer tanto as leis da natureza, como as da humanidade, de acordo com a ordem legal que rege a vida em sociedade.

Saviani (1989), também é outro pesquisador que se opõe a concepção capitalista que sujeita o homem a uma educação fragmentada direcionada a funções especializadas e autônomas. Ele defende a educação politécnica, que segundo ele, postula o desenvolvimento do trabalho para que ocorra de forma indissolúvel e desenvolva aspectos manuais e intelectuais, pois todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício mental e manual. O que se mostra na própria origem da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho.

Frigotto (1984) já argumenta os dois lados. Primeiro, faz uma crítica à ideologia positivista de que o trabalho dignifica o homem. Segundo o autor, “nas relações de trabalho, onde o sujeito é o capital e o homem é o objeto a ser consumido, usado, constrói-se uma relação educativa negativa, uma relação de submissão e alienação, isto é, nega-se a possibilidade de um crescimento integral.” Ele analisa e se preocupa com as condições impostas pela sociedade capitalista ao trabalhador e à educação. Ele propõe ainda que como a escola articula também os interesses da classe dos trabalhadores, ela deve ser pensada como uma unidade no que envolve ensino e trabalho produtivo, trabalho e princípio educativo e a escola politécnica.

De acordo com a contribuição de cada um dos pesquisadores acima e da exposição de ideias e da trajetória da educação no Brasil, conclui-se que o trabalho não

é necessariamente educativo, visto que por muitas vezes ele acaba por limitar o desenvolvimento dos trabalhadores.

Sendo assim, o trabalho como princípio educativo esteve associado à adoção da educação politécnica e a sua viabilidade social e política dentro de um país capitalista. Na trajetória do Brasil, houve sempre uma predominância das elites e da formação intelectual voltada a elas. Já para os trabalhadores destinou-se a oferta de educação elementar e fragmentada.

Ainda hoje, pessoas com maior poder aquisitivo possuem mais oportunidade de ingressar em uma universidade de qualidade ou alcançar uma posição de serviço melhor e investir na boa formação acadêmica, enquanto os demais ou seguem a profissão de seus pais ou acabam investindo em educação técnica para ingressarem no mercado de trabalho cedo.

### **3. TEORIA DO CAPITAL HUMANO**

Segundo Frigotto (1984), antes de compreendermos a teoria do capital humano, é preciso entender a esfera de desenvolvimento do sistema capitalista, na qual essa teoria se articula. Não sendo possível compreender o seu conteúdo, sem considerar o que acontece no âmbito da infraestrutura econômica em relação ao campo superestrutural da sociedade. Tal teoria surge para justificar e mascarar as contradições do sistema capitalista e se mantém através da manutenção das relações de força e desigualdade existentes.

A teoria do capital humano é pautada num referencial epistemológico positivista e tem caráter empiricista. Sendo assim, tende a analisar os fatores que determinam as relações sociais de forma isolada. Este tipo de abordagem chamada de marginalista, baseia-se na concepção de que o *homo oeconomicus* é um ser capaz de escolher, os melhores caminhos a serem seguidos para alcançar seu sucesso econômico. Com isso a teoria não consegue fazer argumentações contrárias ao sistema capitalista, mostrando-se apologética a ela.

Em oposição a essa teoria, percebe-se que a produtividade não decorre apenas do aumento da qualificação, mas também da automatização do processo produtivo.

Frigotto (1984) nos chama a atenção para a necessidade do sistema capitalista em retirar o trabalhador do controle do processo de seu trabalho. Sendo assim, a teoria do capital humano não visaria o aumento da qualificação, mas sim a modelagem do trabalhador para o exercício de sua função.

Pressupõe-se na teoria do capital humano, que a maior escolarização infere em uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos. Adquirindo maior qualificação, o trabalhador teria um aumento de renda decorrente do seu melhor preparo e assim seria melhor qualificado e beneficiado, garantindo melhor desempenho no mercado de trabalho.

Devido à estruturação desta teoria, a partir da análise do sistema capitalista, ela não explicita as relações sociais e as particularidades individuais da racionalidade humana, pois parte de uma leitura geral e a-histórica do homem. Ou seja, ela deixa de contemplar a realidade humana quando não compreende o ser humano como uma totalidade maior que determina as ações dos sujeitos. O ser humano é histórico. Vive conectado a um conjunto de determinantes sociais, históricos, políticos e econômicos que o transformam.

Apesar das críticas feitas à teoria do capital humano, principalmente por Frigotto, e do desuso do taylorismo e fordismo nos procedimentos de produção, adotando um caráter mais flexível, a economia capitalista sofreu mudanças que refletiram na teoria. Agora ela aparece dando sustentação à produção flexível, a eficiência e a produtividade, em resposta à crise pela qual o capitalismo globalizado passava nas décadas de 80 e 90.

Frigotto (1984) aponta essa teoria apenas como um dos instrumentos ideológicos utilizados para ocultar o exacerbamento da exploração capitalista. Ressaltando a valorização do capital no campo educacional, ele argumenta que as mudanças na conjuntura política internacional e o desaparecimento das lutas das classes trabalhadoras, reforçam o surgimento de teorias e políticas educacionais voltadas aos interesses dos setores capitalistas.

Tais mudanças no campo educacional mostram-se intrinsecamente ligadas as mudanças ocorridas no sistema capitalista. O modelo de regulação social buscou a diminuição da intervenção do Estado nas áreas sociais, para recompor as taxas de lucro até então diminuídas a partir da década de 60.

No contexto educacional, Frigotto (1984) propõe que em tais medidas de diminuição da interferência estatal, eram valorizadas a eficiência e a produtividade, por isso procurava-se implantar um sistema educacional semelhante à maneira de organização do sistema de produção. Adotar-se-ia então, métodos de avaliação universais, desconsiderando as especificidades de cada escola e região.

Sob a influência das agências internacionais e do sistema capitalista, as políticas educacionais se voltaram para o fortalecimento e reprodução de capital. Cada vez mais os Estados instituem mecanismos que diminuem a publicidade da educação de qualidade voltada pra a grande massa populacional. Com isso, Frigotto (1984) ressalta que não basta apenas ter investimento na formação e qualificação voltada ao trabalho para que se garanta aumento salarial e melhoria de vida aos trabalhadores. Para que isso ocorra, é necessário que haja mudança nas relações de poder e no sistema de produção.

No contexto atual, em resposta a globalização da sociedade capitalista, o capital humano tornou-se fonte de competitividade e ainda é usado como justificativa para as relações de poder e exploração, assim como no início da década de 60. Porém, surge o discurso social das características da economia globalizada aliadas à teoria do capital humano. Vivemos hoje em uma sociedade do conhecimento. Sociedade esta que continua a exigir novas qualificações e habilidades que garantam o aperfeiçoamento de seu desempenho e garantam maior empregabilidade ao funcionário.

#### **4, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A formação profissional designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer aconteçam nas escolas ou em ambientes não escolares.

Assim como a educação e o trabalho, a formação profissional está condicionada às relações sociais e ligada aos embates entre capital, trabalho e produção, mesmo estando associada às necessidades definidas pelas empresas e por suas necessidades de produção. A formação profissional, em teoria, busca não se limitar ao adestramento da mão de obra, permitindo que além de se garantir a produtividade do profissional,

promova a qualidade da mão de obra e do produto produzido. No entanto, para que isso ocorra, as políticas e as práticas da formação profissional devem ser repensadas.

A formação profissional faz parte das práticas humanas desde períodos remotos da história. Segundo Manfredi (2002), desde os primórdios os homens transferiam seus saberes profissionais aos demais por meio da educação baseada na observação e na prática, aprimorando e aperfeiçoando as técnicas de fabricação de utensílios e ferramentas, pela repetição, passando-as de geração em geração. Os homens faziam uso da Pedagogia tida como atividade social para a garantia da sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e funcionamento das sociedades.

Mesmo antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas já possuíam práticas educativas inerentes a sua socialização e sobrevivência. O conhecimento era passado de geração em geração, sendo aprendido pela observação e pela prática. Costume esse, que se permeia até os dias de hoje, quando o processo de educação profissional se integra aos saberes e fazeres provenientes das atividades cotidianas da sociedade civil.

Manfredi (2002) expõe que durante os dois primeiros séculos de colonização portuguesa, a economia brasileira era a agroindústria, na qual o sistema escravocrata era a forma de organização do trabalho. Para a execução das tarefas de produção do açúcar era preciso que os empregados dominassem a técnica e tivesse a qualificação e a experiência adequada. Para isso, os engenhos serviam como lugar de trabalho, assim como lugar de aprendizagem. A chamada qualificação *no* e *para* o trabalho.

Segundo Cunha (2000) citado por Manfredi (2002), desde a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil deixou de ser colônia e se tornou sede do Reino, fato que fez com que a economia brasileira deixasse de basear-se na agroindústria voltada para atender ao sistema colonial de trocas e passasse a implementar atividades e novos empreendimentos industriais estatais e privados, subsidiando o comércio interessante à Metrópole.

Os últimos anos do Império e os primeiros anos de implementação do projeto político republicano foram anos marcados por grandes mudanças socioeconômicas advindas do fim da escravidão e pela expansão da economia cafeeira e do projeto de migração, que aceleraram os processos de industrialização e urbanização do Brasil.

Os novos empreendimentos industriais e o surgimento de grandes centros estimularam a necessidade de mão de obra voltada para os serviços de infraestrutura urbana de transportes e edificações que impulsionou a modernização tecnológica e demandou cada vez mais por qualificação profissional a nível de instrução básica e profissional popular.

Anos depois, o regime federativo da República possibilitou a organização do ensino profissional por meio de iniciativas estaduais. Cada estado pôde, então, criar as sua própria rede de ensino.

No Estado Novo, por sua vez, Manfredi (2002) expõe que a política educacional do Brasil legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual. Com isso, a educação escolar, em sintonia com a divisão social do trabalho, destinou o ensino secundário às elites, “cabeças” da sociedade e o ensino médio de ramos profissionais às classes menos favorecidas.

De acordo com Manfredi (2002), a história da educação profissional no Brasil sofreu e ainda sofre duas dificuldades: a tradição historiográfica de pesquisa, que privilegia a educação advinda de espaços escolares e os estudos que são voltados para a educação superior e básica, propiciando ao ensino profissional lacunas acerca da sua origem e trajetória. Os estudos voltados para a prática educacional em outros espaços educacionais como sindicatos, empresas e associações estão aganhando maior ênfase agora.

No Brasil, a educação profissional surgiu a partir do Decreto-Lei nº 7566, de 23 de Setembro de 1909, sancionado pelo então presidente da República Nilo Peçanha, que instituiu a educação profissional brasileira que possuía caráter assistencialista e visava à capacitação ou ao “adestramento” para atender a demanda de profissionais qualificados e garantir o desenvolvimento contínuo das indústrias. Nessa época o desenvolvimento do ensino profissional era delegado ao Ministério da Indústria e Comércio.

Por volta de 1910, os cursos oferecidos no ensino profissional eram de tornearia, mecânica e eletricidade, principais demandas da época. Anos mais tarde, foram instaladas as primeiras escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. A partir da década de 1930, com a forte



industrialização no Brasil, o ensino profissional se expandiu e passou a ser direcionado às classes mais e menos favorecidas economicamente.

A década de 30 foi um marco histórico para a Educação Profissional brasileira. Esse foi o período do *bom* industrial no país, possibilitando a instituição de escolas superiores voltadas para a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo.

Em 1937, a Constituição Federal mencionou as escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado. Com isso, a criação de escolas de aprendizes destinadas aos filhos dos operários era um dever do Estado com a devida colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos. Seguindo essa amplitude de atendimento, foram criadas instituições responsáveis pela criação de mão de obra para a indústria e o comércio, os principais pilares da economia, o chamado sistema S, na década de 40.

A partir de 1945 até os anos 90, o período de instituição e legitimação do sistema corporativo de representações sindicais e do aparelho burocrático estatal não sofreu grandes mudanças. De acordo com Manfredi (2002), o Estado continuou sendo o principal protagonista dos planos, projetos e programas de investimento que alicerçaram o parque e o empresariado industrial.

Em meados dos anos 90, o surgimento do Decreto n. 2.208/97, trouxe novamente a discussão em relação à educação e ao preparo para o trabalho. A LDB (Lei n 9394/96) em seu art. 2º dizia que “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Devido aos mecanismos legais e as estruturas formativas, as práticas escolares se consolidavam de forma cada vez mais dualista. Havia a concepção de que a educação escolar era acadêmico-generalista, na qual os alunos tinham acesso ao conjunto básico de conhecimentos amplos e o de educação profissional, em que o aluno recebia o conjunto de informações necessárias para o domínio de seu exercício de trabalho, sem qualquer aperfeiçoamento teórico.

As principais agências de educação profissional do Brasil eram as entidades do sistema S, construídas segundo a ótica das necessidades dos setores empresariais, que tiveram grande expansão com a ascensão dos militares a partir do ano de 1964. Com o governo militar (1964 até 1985) investindo em grandes projetos nacionais, fez-se

necessário maior quantidade de mão de obra qualificada. Revitalizou-se, portanto, o PIPMO – Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra.

Com a grande demanda, os cursos de treinamento eram ministrados por convênios do PIPMO e executado pelas instituições existentes de formação profissional, Sistema S e institutos federais. Os cursos eram breves e abrangiam apenas o conteúdo necessário, de forma prática e operacional. Com essa prática, tanto o Sistema S, quanto as iniciativas das empresas privadas e estatais se fortaleceram por intermédio do PIPMO e da Lei 6.297/57, que concedia incentivos fiscais para que as próprias empresas desenvolvessem seus projetos de forma profissional, devendo tais projetos ser aprovados pelo Ministério do Trabalho. Porém o teor de desenvolvimento da educação proporcionada decaía devido à superficialidade dos treinamentos.

De acordo com Manfredi (2002), os governos militares, no âmbito do sistema escolar, foram então protagonistas de um projeto de reforma do ensino fundamental e médio, mediante a Lei 5.692/71, que instituía a profissão universal e compulsória para o ensino secundário, ou seja, equiparava o curso secundário aos cursos técnicos. Segundo Cury (1982) citado por Manfredi (2002), pretendeu-se com isso, fazer a opção pela profissionalização universal de 2º grau, transformando o modelo humanístico/ científico em científico/tecnológico. Este pensamento deu-se em razão do interesse do Brasil em participar da economia internacional. Neste sentido, delegou-se ao sistema educacional a missão de preparar os recursos humanos para a sua absorção pelo mercado de trabalho.

Segundo Manfredi (2002), desde a promulgação da Lei 5.692/71 até a aprovação da nova LDB, o sistema de ensino profissionalizante adquiriu diversas configurações. Até 1996, o sistema de ensino profissional era mantido e oferecido por uma rede de escolas públicas mantidas pela união, pelos Estados e municípios.

A Lei 5.692/71, no entanto, falhou no que diz respeito à profissionalização compulsória. Por não possuir condições objetivas de transformar todo o ensino público de 2º grau em educação geral e formação profissional, ela foi aos poucos sofrendo modificações, até o que se chegou à Lei 7.044/82, que trouxe a antiga distinção entre educação profissional e básica.

Mesmo que esta antiga divisão tenha voltado sem os bloqueios legais acerca da educação profissional, trouxe a velha ambiguidade e precariedade do ensino médio e desestruturou o ensino técnico oferecido pelas redes estaduais como coloca Moraes (1999) citado por Manfredi (2002). Além disso, tal dualidade do sistema de ensino profissional remete ao modelo fordista de produção capitalista, que segundo Frigotto (1995) citado por Manfredi (2002), ressalta o caráter produtivo da escola brasileira.

Tais mudanças técnico-organizativas introduzidas juntamente com o padrão capitalista de acumulação flexível incitaram novas demandas por uma educação voltada para o preparo ao trabalho. A partir da segunda metade dos anos 90, os debates para a reestruturação do ensino médio e profissional fizeram surgir a necessidade de uma nova institucionalização de políticas educacionais que atendesse a reestruturação produtiva e ampliasse os direitos sociais.

A reforma do ensino médio e profissional, quando definida, anunciou como seu principal objetivo a melhoria da oferta educacional e a sua adequação às novas demandas econômicas e sociais da sociedade globalizada, que detinha agora, novos padrões de produtividade e competitividade. Neste sentido, a modernização do ensino médio e profissional deu-se através do alinhamento aos avanços tecnológicos e ao atendimento das demandas de mercado de trabalho.

A partir de então, o ensino médio teria uma trajetória única que articulasse os conhecimentos e competências com a cidadania e o trabalho, sem o caráter profissionalizante, de modo a preparar o indivíduo para a vida. Já a educação profissional, por sua vez, teria caráter complementar e conduziria o indivíduo ao desenvolvimento contínuo das aptidões para a vida produtiva, considerando como sujeitos desta educação alunos egressos de nível fundamental, médio e superior, assim como, trabalhadores em geral, jovens e adultos, independentes do nível de escolarização que possuísem.

O Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a LDB em seus artigos 39 a 42 (capítulo III do Título V), afirma que os objetivos da educação profissional passaram a ser:

- a) Formar técnicos de nível médio e tecnológico de nível superior para os diferentes setores da economia;

- b) Especializar e aperfeiçoar, o trabalhador, em seus conhecimentos tecnológicos;
- c) Qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para a sua inserção e melhor desempenho no exercício de trabalho.

De acordo com o artigo 2º do Decreto 2.208/97, a educação profissional seria desenvolvida em articulação com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias da educação continuada, podendo ser realizada em escolas de ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho, abrangendo três níveis: básico, técnico e tecnológico.

Além dos níveis de educação o decreto também definiu outras modificações para a educação profissional:

- O currículo do ensino técnico será ministrado por disciplinas, agrupadas por áreas e setores da economia sob a forma de módulos.
- Os diferentes módulos poderão fazer parte de mais de uma habilitação específica, ensejando a possibilidade de construção de itinerários formativos.
- Os módulos podem ser cursados em instituições de caráter conclusivo para efeito de qualificação profissional, dando direito a certificados de competência.
- As disciplinas de caráter profissionalizante, cursadas na parte diversificada do ensino médio, até o limite de 25% da carga horária mínima desse nível de ensino, passam a ser aproveitadas no currículo de habilitação profissional que venha a ser cursado, independentemente de exames específicos.
- A frequência e a aprovação em todos os módulos referentes a uma habilitação técnica ou à aprovação em exames organizados pelos sistemas federal e estadual de ensino conferem ao aluno o diploma de técnico de nível médio na referida habilitação
- As disciplinas do currículo de ensino técnico serão ministradas por professores, instrutores e monitores detentores de experiência profissional em determinada área/ou atividade profissional, os quais deverão receber formação para o magistério (prévia ou concomitante), mediante cursos reguladores de licenciatura ou de programas especiais de formação pedagógica.

- Somente os níveis técnico e tecnológico terão suas organizações curriculares normatizadas pelos órgãos educacionais competentes de nível federal e estadual.
- Compete ao MEC o estabelecimento de diretrizes curriculares nacionais, como carga horária, conteúdos mínimos, habilidades e competências básicas por habilitação profissional do ensino técnico, com base em insumos recebidos do setor produtivo em consequência de estudos de demanda, cabendo aos sistemas o estabelecimento de currículos básicos e da parte diversificada
- Os sistemas federal e estaduais de ensino implementarão, mediante exames, a certificação de competências, para fins de dispensa de disciplinas ou módulos em cursos de habilitação do ensino técnico, incluindo espaços de aprendizagem fora das escolas.
- O estabelecimento da obrigatoriedade de que a rede de escolas técnicas públicas e privadas estenda o atendimento para além do nível médio, podendo atuar nos níveis básico e de especialização.

É importante ressaltar, segundo Manfredi (2002) que a implementação do conjunto de dispositivos legais sobre a educação média e a educação profissional foi assegurada pelo financiamento conjunto do MEC/TEM/BID, sendo este último o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e pelo Banco Mundial, mediante programas especiais como Planfor e Proep.

Mais adiante, o Decreto nº 5154/04 (BRASIL, 2004) que marcou o governo Lula, representou um avanço ao revogar o Decreto nº 2208/97 (BRASIL, 1997) – síntese da desigualdade e da exclusão social ao desvincular a educação profissional técnica e educação básica –, permitindo a forma “integrada” entre ensino médio e educação profissional (art. 4º, § 1º, I). No entanto, esta forma não modificou a essência da formação para o trabalho simples na Educação Profissional e também não assumiu a concepção gramsciana de escola unitária para o Ensino Médio.

A retomada da política de educação profissional integrada ocorreu no contexto econômico mundial referente ao mercado de trabalho, de acordo com a acumulação flexível de trabalho. O governo Lula, que revogou o Decreto nº 2208/97, fortaleceu a educação profissional e obteve o consenso de grupos interessados ao modelo proposto.

Em continuidade ao processo de fortalecimento da educação profissional, o Decreto nº 5154/04 (BRASIL,2004), no processo de atualização das Diretrizes Curriculares Nacional para e Educação profissional, por meio do Conselho Nacional de Educação (BRASIL/MEC/CNE,2010) apresentou modelo de desenvolvimento de competências para a desenvolver, nos indivíduos, a capacidade de transitar por diferentes ocupações exigidas pela sociedade do conhecimento.

Contudo, segundo Saldanha (2012) poucos estados brasileiros entenderam que o Decreto nº 5154/04 (BRASIL,2004) seria capaz de sinalizar mudanças, assumindo a construção de um projeto de educação profissional que possibilitasse a confrontação ao modelo sócio-econômico hegemônico.

Em 2011, foi instituído a partir da Lei nº 12.513 de 26/10/2011, o PRONATEC, medida de qualificação técnica e profissional de trabalhadores e alunos de ensino médio mais atual, que visa a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada, através da democratização da oferta de ensino e qualificação aos alunos da rede pública e a melhoria da qualidade do ensino médio. (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).

O PRONATEC, abordado por Saldanha (2012) apresenta um processo de gestão centralizada no nível federal e descentralizada na sua implementação e o impacto das parcerias privadas imprime um movimento de conservação em relação à política de Educação Profissional dos anos 90. Ele prioriza a qualificação profissional concomitante ao ensino médio público, mediante parcerias entre público e privado. Com isso interrompe o processo de escola unitária e alimenta a problemática da qualidade da escola pública e do ensino fragmentado.

Desde 2001 segundo o documento do MTE, até os dias atuais, a educação profissional efetiva-se em uma vasta rede diferenciada que engloba o ensino médio e técnico de rede federal, estadual, municipal e privada; o sistema S, que inclui os serviços nacionais de aprendizagem e de serviço social, mantidos por empresas privadas através de contribuições parafiscais; universidades públicas e privadas, através de cursos de graduação, pós-graduação e extensão; escolas e sindicatos dos trabalhadores; escolas e centros mantidos por grupos empresariais; organizações não governamentais, sendo religiosas, comunitárias ou educacionais e ensino profissional livre, pioneiro na formação a distância.

## 5. SISTEMA S

Segundo Manfredi (2002), o sistema S configura-se como uma rede de educação profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial e fazem parte deste sistema: SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e SESI – Serviço Social da Indústria, no campo industrial; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SESC – Serviço Social do comércio, no setor comercial e de serviços; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola, no setor agrícola; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes e SEST – Serviço Social de Transportes, no setor de transportes. Além dos mencionados, o sistema também engloba o SEBRAE – Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa e SESCOOP – Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços.

É importante ressaltar que mesmo as entidades do sistema possuindo estrutura organizativa, gestão e financiamento comum, elas não possuem homogeneidade de serviços prestados, pois cada uma surgiu em contexto histórico e com finalidade diferente. O SESI e o SENAI fazem parte do grupo das entidades mais tradicionais, que se voltaram pra educação e desenvolvem atividades em quase todo o território brasileiro.

Para este trabalho, irei usar como referência o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem industrial para conhecer o funcionamento da educação profissional proporcionada pela entidade e a relação dessa educação com o mercado industrial, frente às demandas do capitalismo.

Tanto o SENAI, quanto o SESI, foram criados na década de 40, no final do Estado Novo e na gestão do ainda presidente Eurico Gaspar Dutra com a finalidade de promover a expansão da indústria nacional em detrimento das políticas socioeconômicas desenvolvidas e implementadas da Era Vargas.

Segundo Weinstein (2000) citado por Manfredi (2002), a emergência da carência cada vez maior de operários especializados, causada pelo aumento da produção industrial e pela redução da imigração no período da guerra, estimulou o surgimento do SENAI. A fundação do SENAI e do SESI fez surgir a oportunidade de se estabelecer programas e atividades que visassem à racionalização do ambiente industrial. Estas

instituições convergiam-se com o espírito de Estado Novo e mantêm sua estrutura organizativa até os dias atuais.

Segundo Manfredi (2002), o projeto que originou a criação e a institucionalização do SENAI foi desenvolvido por grupos industriais: engenheiros, sanitaristas e educadores liderados por Roberto Simonsen e de Roberto Mange, juntamente com a criação da Lei Orgânica da Educação Nacional de Ensino Secundário e a criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial e impulsionou a modernidade, tornando-se autoridade para atualizar a sociedade brasileira.

Sendo assim, a origem do projeto de construção do SENAI faz parte da estratégia dos industriais paulistas em disciplinar o trabalhador brasileiro, garantindo crescimento e alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na ideia de que o desenvolvimento industrial seria conveniente tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores e os brasileiros em geral, independente da classe social.

Desde a formação do SENAI, esse tem sido a maior rede de educação profissional formadora de força de trabalho para os diferentes setores empresariais. Além disso, constitui um pólo nacional de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial, por meio de sua atuação na formação de recursos humanos e da prestação de serviços em 28 áreas, incluindo assistência ao processo produtivo, serviços de laboratório, pesquisa aplicada e informação tecnológica.

De acordo com Manfredi (2002), o SENAI foi adequando seu projeto e sua atuação às exigências decorrentes das transformações econômicas e políticas da sociedade. Durante as mais de 50 décadas de atuação, o SENAI teve três períodos marcados pelas mudanças no setor produtivo.

O primeiro, nos anos 50 e 60, marcado pela expansão da industrialização para a indústria base, quando iniciativas relativas às atividades de aprendizagem se tornaram insuficientes, criando-se cursos de curta duração, chamados de treinamento, voltados para suprir as necessidades de mão de obra, que tornaram o seu foco na época.

O segundo momento, nos anos 70, foi marcado pelas mudanças na política educacional que estavam ocorrendo no Brasil. De uma hora para outra, cursos técnicos de nível médio voltados para áreas específicas tiveram que ser criados, preparando os jovens para o ingresso no mercado de trabalho.



O terceiro grande momento ocorreu no final dos anos 90, quando os tantos fatores ligados aos processos de reestruturação da economia e aos processos produtivos na indústria refletiram na política educacional, fazendo com que o SENAI abrangesse a criação de cursos de nível superior, de programas de consultoria e assessoria, indo além da educação.

Segundo Manfredi (2002) o SENAI, juntamente com o SESI, serviu aos industriais como “escudos morais e técnicos”, pois fazia frente ao movimento operário durante os períodos de maior mobilização sindical, nos anos 60 e durante o período ditatorial.

Segundo o seu sítio na internet, atualmente, o SENAI contribui para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do País, promovendo a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia – deixa evidente o compromisso de atender e, mesmo, antecipar as necessidades de empreendedores e trabalhadores. O que foi conseguido com a ampliação do conceito de educação profissional e dos objetivos institucionais através do tempo.

O SENAI conta com suas unidades físicas, como núcleos, agências e escolas, em quase todo o Brasil, oferecendo até mesmo cursos de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Hoje, com sua posição de maior instituição de formação profissional do País totalmente consolidada, tendo atendido a mais de 350 mil jovens e adultos por unidade. A sua atuação vai além da formação profissional, abrangendo a realização de cursos técnicos de interesse do trabalhador na indústria, workshops, seminários e cursos na área de segurança laboral, com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

## **6. SENAI – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

O SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma instituição privada, criada e administrada pelas indústrias, com atuação em todo o País. Surgiu em 1942 em razão da necessidade da Indústria Brasileira que, devido à sua expansão, tinha carência de um contingente cada vez maior de mão de obra especializada.

Resguardando e considerando sua história, seu presente e suas metas para o futuro, o SENAI comprometido com uma visão participativa de gestão e alicerçado no que determina a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, elaborou o PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI, para o período de 2010-2014, compreendendo dessa forma um documento com validade para 05 anos, conforme orienta a legislação vigente.

À luz do que estabelece a legislação, o PDI é um documento que norteia as ações estratégicas do SENAI para o alcance dos seus objetivos e metas educacionais, devendo ser apresentado pela instituição no momento em que o MEC solicitar, por intermédio do Sistema eMEC para o credenciamento ou credenciamento periódico da Instituição ou autorização de cursos tecnológicos, sequenciais, ou credenciamento da Instituição para a oferta desse tipo de ensino.

De acordo com seu PDI, o SENAI tem a seguinte filosofia:

Missão: Promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da Indústria brasileira.

Política: Estimular o autodesenvolvimento dos colaboradores e prestadores de serviço; Disponibilizar uma estrutura que permita um atendimento ágil e flexível; Atender ao cliente com serviços atualizados e adequados às suas demandas, conforme exigências legais e estatutárias; Estabelecer parcerias para ampliação das competências técnicas e tecnológicas; Avaliar as atividades desenvolvidas para o alcance da melhoria contínua dos processos; Atuar com a cultura de responsabilidade social.

Valores: Igualdade de condições para o acesso e permanência na Entidade; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; Respeito e tolerância às etnias e diferenças culturais; Garantia de padrão de qualidade; Valorização da experiência intra e extraentidade; Vinculação entre as atividades e as práticas profissionais e sociais; Valorização dos profissionais da entidade

O objetivo da instituição a cerca da Educação Profissional, presente no PDI, é desenvolver a educação profissional por meio de cursos e programas de Formação

Inicial e Continuada de Trabalhadores, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação. Por meio de ações como:

- Revisar e atualizar os planos de ensino dos cursos de Aprendizagem Industrial, Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio e da Graduação Tecnológica;
- Aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação dos cursos de Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio e da Graduação Tecnológica;
- Oferta de cursos/programas de educação profissional atualizados de acordo com necessidades da indústria e capacidade instalada, utilizando como meio também o Ensino à Distância – EAD e a educação móvel, conforme levantamento de necessidades, ou pesquisas de mercado;
- Implantação de programas e projetos que visem à qualidade do ensino, de forma articulada com a pesquisa e difusão de conhecimentos e tecnologias.
- Oferta de novos cursos de graduação tecnológica e de Pós-Graduação.
- Implementação de programas de apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes, buscando atualização continuada no processo de desenvolvimento de pessoas.
- Ampliar a oferta de cursos/programas de educação profissional para pessoas com necessidades especiais.
- Implantação de mecanismos de combate à repetência, evasão e retenção de discentes, em módulos e/ou componentes curriculares.

Em relação à extensão e às relações empresariais e comunitárias o SENAI visa estabelecer parcerias com instituições/empresas do Estado e da União, para a implementação de projetos socioculturais, de forma articulada com as atividades de ensino e produção científica/tecnológica por meio de ações como:

- Implantação de mecanismos para articulação das atividades de extensão ao ensino e à pesquisa;

- Ampliar e atualizar continuamente a oferta de Educação Profissional nos itinerários formativos, modalidades e áreas ocupacionais atendidas pela unidade, de acordo com a demanda do setor industrial e com a capacidade tecnologia instalada;
- Implementação de cursos para a formação técnica e humanística dos discentes, profissionais, egressos e portadores de necessidades especiais
- Oferta de cursos de extensão para docentes, técnico-administrativos e discentes.
- Reformulação dos regulamentos dos estágios.
- Ampliação das interações com o setor produtivo.
- Ampliação dos estudos de demandas das necessidades regionais de formação profissional.
- Ampliação de convênios de cooperação técnica, parcerias e difusão de conhecimentos e tecnologias.
- Ampliação dos programas de visitas técnicas para docentes e discentes.
- Promoção de eventos científicos e tecnológicos, esportivos e culturais.
- Desenvolver e implantar um Programa que norteie ações direcionadas a um maior envolvimento da comunidade acadêmica nos processos de avaliação institucional e dos cursos, buscando assim evolução nos indicadores de desempenho.
- Atender às pessoas com necessidades especiais, com oferta de cursos/programas de educação profissional, à luz do Programa SENAI de Ações Inclusivas denominado PSAI.
- Elevar o índice de sustentabilidade da unidade através dos serviços prestados.

É constante no Plano de Desenvolvimento Institucional, como uma das áreas de atuação do SENAI, a educação profissional que é a modalidade educativa que se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (LDB, art. 39).

A educação profissional e tecnológica é desenvolvida no SENAI por meio dos seguintes tipos de cursos e programas:

*Educação para o trabalho*, que é o processo educativo que propicia condições de inserção genérica no mundo do trabalho. Compreende, de forma indispensável, leitura, escrita e cálculo. Pode incluir o desenvolvimento de, dentre outras, competências básicas de tecnologia da informação, organização e gestão do trabalho, materiais e processos produtivos, empreendedorismo, higiene e segurança do trabalho e gestão ambiental.

Esse processo educativo pode ocorrer na seguinte modalidade:

- **Iniciação Profissional**

Ação de educação para o trabalho, destinada a jovens e adultos, independentemente de escolaridade, visando a despertar o interesse pelo trabalho e preparar para o desempenho de funções básicas e de baixa complexidade de uma ou mais profissões. Tem duração variável. Não constitui ação gratuita, nos termos do art. 68 do Regimento do SENAI.

*Formação Inicial* que é a educação profissional destinada a qualificar jovens e adultos, independentemente de escolaridade prévia e de regulamentação curricular, podendo ser oferecida, segundo itinerários formativos, de forma livre, em função das necessidades da indústria e da sociedade. Tem duração variável e carga horária mínima de 160 horas

Nas seguintes modalidades:

- **Aprendizagem Industrial Básica** que segundo definição legal, é a formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social do jovem, de 14 a 24 anos de idade, caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, conforme perfil profissional definido, nos termos da legislação em vigor (CLT, art. 428). É o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Na conclusão de curso de aprendizagem industrial básica é conferido certificado de qualificação profissional.

- **Qualificação Profissional Básica**

É o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Na conclusão de curso de qualificação profissional básica é conferido certificado de qualificação profissional

*Educação Técnica de Nível Médio* que é a educação profissional destinada a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, com o objetivo de proporcionar habilitação ou qualificação profissional técnica de nível médio, segundo perfil profissional de conclusão. Realiza-se sob as formas articulada (integrada ou concomitante) e subsequente ao ensino médio.

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a. na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b. em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c. em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A educação profissional técnica de nível médio no SENAI compreende as seguintes modalidades:

- Aprendizagem Industrial Técnica

Segundo definição legal, é a formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social do jovem, de 14 a 24 anos de idade, caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, conforme perfil profissional definido, nos termos da

legislação em vigor (CLT, art. 428). É o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Na conclusão de curso de aprendizagem industrial técnica é conferido certificado de qualificação profissional técnica ou diploma de técnico na respectiva habilitação profissional.

- Qualificação Profissional Técnica

É o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Na conclusão de curso de qualificação profissional técnica é conferido certificado de qualificação profissional técnica.

- Habilitação Técnica

Modalidade destinada a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, com o objetivo de proporcionar habilitação técnica de nível médio, segundo perfil profissional de conclusão. Realiza-se sob as formas articulada (integrada ou concomitante) e subsequente ao ensino médio. Na conclusão de curso técnico de nível médio é conferido diploma de técnico na respectiva habilitação profissional.

As políticas de ensino profissional do SENAI abrangem o fim básico da educação profissional que é o de conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva e para o exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país. Na perspectiva de processo para o desenvolvimento de competências requeridas pela natureza do trabalho, a educação profissional visa permitir às pessoas assumirem atividades profissionais, como empregados, trabalhador autônomo ou empreendedor, em suas diferentes formas.

Dado o contexto de rápidas e contínuas mudanças que caracterizam a sociedade e das consequências diretas geradas no mundo do trabalho, um dos fins da educação profissional emanado do SENAI é o de que os cidadãos nele preparados adquiram condições de mobilidade profissional, seja por meio de transferência de saberes e competências transversais anteriormente adquiridas, seja por meio de aquisição de novas competências, na perspectiva da educação continuada. Diante disso, ultrapassa-se cada vez mais a visão estreita de preparar para um posto de trabalho e passa-se para o

enfoque de competências centradas nas pessoas, que favorecem a mobilidade profissional em diferentes contextos de atuação profissional.

Respeitando os princípios constitucionais e os princípios enunciados na LDB, SENAI os integra em sua Proposta Pedagógica, acrescentando algumas particularidades, tendo em vista suas características institucionais. Dessa forma, os princípios da educação profissional são:

- a) igualdade de condições para o acesso e permanência;
- b) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber, a ciência e a tecnologia;
- c) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- d) respeito e tolerância às etnias e diferenças culturais;
- e) coexistência no desenvolvimento de cursos e de programas nas escolas, nas empresas e em instituições conveniadas, diretamente relacionados com o setor industrial;
- f) atendimento às demandas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação;
- g) valorização dos recursos humanos, com prioridade aos profissionais da educação;
- h) gestão democrática da educação profissional, considerando a legislação e as normas que regem o SENAI
- i) garantia de padrão de qualidade;
- j) valorização, avaliação e reconhecimento da experiência extraescolar;
- k) vinculação entre a educação profissional, o trabalho e as práticas sociais.

A gestão do SENAI baseia-se, também, dentre nos seguintes princípios fundamentais: autonomia com responsabilidade; Gestão democrática; Avaliação permanente dos processos da aprendizagem; Valorização dos profissionais da educação; Construção de proposta pedagógica pelo coletivo da comunidade escolar.



Diante do exposto, o SENAI possui grande responsabilidade social, pois o novo século é um tempo de avanços do conhecimento humano e de novas tecnologias. À grande parte da população ativa restringem-se os empregos formais e diminuem as oportunidades laborais que ficam restritas aos bem formados e informados. Cabe, portanto ao SENAI trabalhar no sentido de proporcionar a melhor formação aos seus alunos para que possam, ao mesmo tempo, estar preparados para a disputa presente no mercado de trabalho e atuarem como agentes de uma transformação social que se dará, entre outras ações, por meio da ação de profissionais competentes e engajados, que produzirão as condições para competitividade e desenvolvimento produtivo do nosso país, aumentando assim as chances de inclusão social para todos.

Para atingir o objetivo de buscar a inclusão social dos cidadãos, o SENAI busca desenvolver uma proposta de ensino que atenda não somente os alunos em idade própria, mas aqueles que deixaram a escola formal e que buscam formas alternativas de recuperação de sua escolaridade e qualificação para o trabalho, bem como as pessoas com necessidades especiais.

Nessa perspectiva têm sido desenvolvidos projetos de qualificação e requalificação com diversas instituições/empresas. Um dos desafios constantes do SENAI é incrementar o desenvolvimento, em parceria com outras entidades públicas e/ou privadas, de programas de qualificação e aperfeiçoamento que possam garantir melhores condições de inserção social aos trabalhadores que estão sendo desempregados pela automação dos processos produtivos ou alienados do processo de ensino profissional. Além disso, o SENAI pretende incrementar a sua participação no Dia da Responsabilidade Social a fim de despertar docentes, discentes e colaboradores para as questões sociais e o papel de cada um na sociedade.

## **7. A ESFERA PÚBLICA E PRIVADA.**

Segundo Souza (2007), o limite das categorias chamadas de público e privado foi bem delimitado ainda na Grécia antiga. Neste período, a esfera privada era tida como um estágio pré-político, relacionando-se as necessidades de trabalho, de sobrevivência e da violência. Enquanto a esfera pública podia ser denominada como estágio político, reino da liberdade e da igualdade.

Tais categorias surgiram da necessidade dos antigos em transcender a estreita esfera da família e ascender à esfera política, fenômeno essencialmente moderno. Com a modernidade e com o surgimento da sociedade de massas, constituiu-se a esfera social, que tornou a divisão, entre o público e o privado, menos rígida.

De acordo com Arendt (2005) citado por Sousa (2007), a distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. Porém, com a ascendência da esfera social, nem pública, nem privada e com a concomitância de seu surgimento com a origem da era moderna, a esfera social encontrou sua forma política no estado nacional.

A partir do desenvolvimento da sociedade moderna e com a absorção de famílias por diferentes grupos sociais, o trabalho deixou de ser inerente à esfera privada da família e conquistou a esfera pública, ou seja, o trabalho que antes era tido como ferramenta de garantia de sobrevivência e suprimento de necessidades, passava agora a ter papel social. Tal fato proporcionou grandes mudanças na qualidade, na divisão e na produtividade do trabalho.

O advento da sociedade de massas fez com que os indivíduos passassem a ser apenas peças da sociedade moderna, deixando de ser vistos ou ouvidos. Se antes eles tinham a apropriação do produto de seu trabalho, com sua privação tanto da esfera pública, quanto da esfera privada, os indivíduos tornaram-se a propriedade em si, enquanto força de trabalho.

Ainda de acordo com Souza (2007), o desenvolvimento histórico na sociedade burguesa moderna fez com que a mudança de qualidade no caráter da propriedade se acelerasse. A propriedade passou a adquirir valor exclusivamente social devido a sua permutabilidade que nem sempre pode ser associada ao dinheiro. Podendo, ainda, assumir propriedade da força humana de trabalho.

A partir de então, Souza (2007) coloca que a esfera pública tornou-se função da esfera privada, visto que a razão do surgimento e do desenvolvimento do Estado moderno foi em defesa da esfera privada e de suas configurações. O Estado burguês constitui-se como organismo de dominação pela força e pela ideologia da classe proprietária sobre a classe dos não proprietários. O Estado assume e materializa o seu

papel de provedor e protetor dos bens e dos interesses públicos que dizem respeito às demandas e necessidades da classe dominante.

Para Althusser (1980) citado por Souza (2007), o Estado é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é contrário à condição de toda distinção entre público e privado. O que importa é o funcionamento do Estado e de seus aparelhos ideológicos. O Estado capitalista, além de garantir a propriedade privada e a divisão do trabalho, tem a função de corrigir os problemas advindos das contradições da produção capitalista. Ou seja, ainda que exista desemprego e desvalorização dos trabalhadores devido ao capitalismo, o Estado deve proporcionar a essas pessoas educação para que elas se adequem às necessidades da sociedade capitalista, evitando suas contradições, mas permeando a sua ideologia.

Ainda de acordo com Souza (2007) ao citar Antunes (2003), ao assumir o papel de promoção de investimentos econômicos que favorecem o capital privado e o consumo de bens e serviços, o Estado atuou, ao mesmo tempo, na produção e consumo de comercialização, dinamizando a circulação entre bens e serviços. Com isso, o Estado ofereceu a ilusão de que o sistema social do capital pudesse ser regulado e fundado em um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.

Nos anos 70, no entanto, o modelo de Estado que seguia entrou em crise, afetando a lucratividade e a política em função da superprodução e da queda de consumo. Os altos custos com os direitos trabalhistas e sociais interferiram diretamente no não cumprimento do pacto entre as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e o Estado. Além disso, o desenvolvimento tecnológico levou a organização taylorista-fordista ao esgotamento.

Eis que surgiram, portanto, as ideias neoliberais, que possuíam como único princípio norteador a concorrência competitiva de mercado. Segundo Montañó (2005) citado por Souza (2007), esta livre concorrência seria o verdadeiro meio de organização e regulação social mediado pelo Estado.

Embora voltados para manutenção e reprodução do sistema capitalista, o Estado de Bem Estar Social e o Estado Neoliberal, possuem estratégias diferenciadas de acordo com as circunstâncias históricas específicas que as originaram. Estratégias essas que definem o caráter de propriedade pública a eles relacionados. A partir de então, as

instituições públicas passaram a ter herança do Estado de Bem Estar Social com novas formulações e definições provenientes das políticas neoliberais.

Segundo Souza (2007), as configurações da propriedade pública avançam de acordo com o processo histórico de diluição das diferenças entre a esfera pública e a esfera privada, ou seja, as mudanças ocorridas no caráter da propriedade pública assumem cada vez mais características de propriedade privada, visto que ambas estão imersas num processo de contradição e conflito proveniente dessas duas culturas.

Pode-se entender por cultura do público, as práticas voltadas à gratuidade dos serviços oferecidos pelo Estado à sociedade, uma vez que esses são financiados com recursos de arrecadação pública. Por outro lado, a cultura do privado abarca as práticas que mesmo sendo desenvolvidas em espaços públicos, voltadas à sociedade, são oriundas do mercado capitalista.

Ao abordar estas culturas, Souza (2007) ressalta o processo de diluição que ocorre entre as fronteiras das instituições públicas e privadas. De fato, não existe real separação entre essas esferas uma vez que as instituições privadas recebem financiamento público e as instituições públicas são levadas a adotar modelos de gestão, práticas e princípios que se voltam a mercantilização de suas práticas, gerando um ciclo vicioso.

Dentro deste contexto, a reforma da educação profissional se deu por intermédio do Programa de Educação Profissional – PROEP, nos anos 90, como parte da Reforma do Estado, na qual a reorganização econômica mundial refletiu nas políticas públicas voltadas para a educação brasileira. Tal programa teve sua base legal estabelecida no Decreto 2.208/97. Nele estabelecia-se a separação entre o ensino médio e a educação profissional, sendo instituído pelo acordo de empréstimo nº 1.052/0CBR, assinado entre o governo brasileiro por meio do Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e, 27 de novembro de 1997 com vigência até Novembro de 2006.

A adesão tanto da Secretaria de Educação Estadual, quanto da escola foram condicionadas ao compromisso de dar continuidade aos projetos propostos pelo PROEP através do desenvolvimento de atividades que garantisse a auto sustentação dessas instituições. A meta definida era que elas conseguissem arcar com 20% das despesas escolares.

No entanto, com a implementação de atividades empresariais e privatizantes na gestão das escolas públicas, voltadas para a garantia da autonomia administrativa e financeira, priorizou-se o segmento particular no que diz respeito ao aporte de recursos. Com isso, a educação profissional ganhou maior caráter privado e os serviços, mesmo sendo financiados com dinheiro público, não são oferecidos à comunidade de forma gratuita.

Tal fato é visto na prática. A sociedade civil mesmo pagando impostos, paga ainda por um serviço financiado com dinheiro público, que deveria ser garantido a todos independente da classe social ou da condição financeira de pagar por isso. Assim como as instituições privadas, as instituições públicas passam a ter o pagamento por seus serviços como parte fundamental na mudança de valores provenientes do sistema capitalista.

A educação profissional surgiu com o intuito de garantir maior participação da comunidade na prestação de serviços, no entanto, esta ideia apenas oculta o processo de desresponsabilização (SOUZA, 2007) do Estado para com as políticas sociais e a aceitação da privatização das instituições sociais, garantindo os interesses do capitalismo e promovendo a diluição gradual dos limites das esferas públicas e privadas.

**2ª PARTE**  
**METODOLOGIA**

## **1. ANÁLISE DOCUMENTAL E DISCUSSÃO DE DADOS.**

Ao elaborar uma pesquisa, o investigador dispõe de diversos instrumentos metodológicos. O direcionamento do tipo de pesquisa a ser feita e o método a ser utilizado dependerão da natureza da pesquisa e do problema a ser investigado. Dentro do campo das ciências sociais, na pesquisa qualitativa, está a pesquisa documental, uma metodologia pouco explorada tanto na área da educação, quanto nas demais áreas de pesquisa das ciências sociais.

Segundo Silverman (1985) citado por Cellard (2008) a pesquisa qualitativa é uma teoria em grande escala, que dá conta de fenômenos sociais, econômicos e políticos, permeando uma sociedade determinada; esse gênero de teoria se confunde com uma explicação do mundo, e mesmo, uma filosofia. Por outro lado Gingras (1993) citado por Cellard (2008) coloca que existe também uma teoria dita de alcance restrito, que pode ser definida como um conjunto de postulados logicamente interligados, compreendendo um maior ou menor número de fatos observados.

Cellard (2008) explica que para balancear essas duas tendências, a pesquisa qualitativa põe ênfase nos atores e no contato direto com o campo de pesquisa e busca mostrar como as marcas da estrutura social se encontram nas situações mais circunscritas e mais particulares. Ressalta-se, no entanto, que por mais que isso ocorra, a pesquisa qualitativa não visa à elaboração de uma teoria de grande proporção para explicar a estrutura social como um todo.

Na pesquisa aqui exposta, não se pretende mudar a realidade da concepção teórico-metodológica da educação profissional no SENAI, busca-se apenas fazer uma análise crítica acerca dos aspectos observados e quais os impactos causados pelo caráter econômico capitalista que a educação profissional assume aos alunos do SENAI e à sociedade como um todo.

A pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, permitindo a redução da distância entre indicador e indicado.

Dentro da pesquisa qualitativa, está a análise documental como um de seus métodos que se fundamenta na apreciação, valorização e análise de documentos, que possuem riqueza de informações e possibilitam a ampliação do entendimento de objetos de compreensão histórica e social. No presente trabalho, partiu-se do uso desse método para buscar entender as relações existentes entre a concepção teórico-metodológica da educação profissional no SENAI, entre o trabalho como princípio educativo e/ou a teoria do capital humano, tendo por base a análise de documentos escritos e referenciais acerca da problemática a ser pesquisada.

De acordo com Cellard (2008, p.295) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. Esse tipo de pesquisa permite a observação do processo de maturação e de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, mentalidades e práticas ao longo do tempo.

Tendo em vista a utilização da análise documental como instrumento de pesquisa, faz-se necessário um aprofundamento maior acerca deste método. Segundo May (2006) o procedimento de pesquisa documental não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a observação participante, por exemplo, pois dificilmente pode ser considerada como um método, uma vez que usar documentos em uma pesquisa, não implica dizer sobre a forma como eles serão utilizados.

Diante da inconsistência do método e das tentativas em nomear o uso de documentos na investigação científica, pesquisadores fizeram uso de palavras como pesquisa, método, técnica e análise a fim de delimitar esse tipo de investigação.

A *análise* documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse. No caso desta pesquisa, buscou-se documentos que abarcassem a investigação a cerca do trabalho como princípio educativo, da teoria do capital humano e do projeto institucional de desenvolvimento do SENAI para que se desvendasse a real relação existente entre esses conceitos e o tipo de educação profissional oferecido pelo SENAI. Segundo Cellard (2008, p. 298) a pessoa que realiza uma pesquisa documental deve visar todas as pistas de fornecimento de



informações interessantes com o objetivo de constituir um corpo de pesquisa rico e satisfatório.

Outra nomenclatura utilizada, *técnica* documental, refere-se à análise de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor e por isso são considerados crus de qualquer interpretação. A técnica documental é um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 1986) o uso de documentos em investigações educacionais, como uma técnica exploratória, a análise documental, indica problemas que devem ser mais bem explorados. Ela seria um ponto de partida para um maior aprofundamento a posteriori.

No entanto, quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas, que por fim, elabora sínteses. Nesse sentido as ações dos investigadores, que fazem uso de documentos como objetos de pesquisa, estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos.

De acordo com Gaio, Carvalho e Simões (2008) para elaborar uma pesquisa, precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. Com isso, é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para a investigação se concretize.

Partindo dos processos que incluem a elaboração de uma pesquisa, o pontapé inicial para o desenvolvimento desta, foi questionar os princípios que têm norteado a educação profissional inserida no sistema capitalista; reunir materiais de embasamento teórico a cerca do papel da educação como provedora de desenvolvimento integral e humano e como mantenedora das relações capitalistas, investigando a trajetória da educação profissional no Brasil e os objetivos da educação profissional do SENAI.

Muitos pesquisadores colocam que a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são sinônimas. De fato ambas fazem uso da análise documental como objeto de pesquisa. No entanto, o que difere entre elas é o tipo de documento que se utiliza como fonte de investigação. Os documentos como fonte de pesquisa podem ser escritos ou não, como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres.

Com isso, Oliveira (2007) faz uma importante diferenciação entre as duas modalidades de pesquisa: A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo de análise de documentos de domínio científico como livros, periódicos, enciclopédias e etc. Torna-se, portanto, um tipo de estudo direto sobre fontes científicas específicas, sem recorrer de fato aos fenômenos e a realidade implícita.

É importante ressaltar, que a pesquisa bibliográfica deve estar presente em todos os tipos de pesquisa, visto que é importante para o pesquisador possuir boa base de estudos e referências para desenvolver a sua investigação. Partindo do exposto, a presente pesquisa faz uso também da pesquisa bibliográfica na construção do referencial teórico, que partiu da consulta de livros e periódicos de domínio científico para que a investigação se tornasse mais rica.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. Porém, o elemento diferenciador está na natureza das fontes de pesquisa. Enquanto a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores - fontes secundárias - sobre o tema, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, são fontes primárias. De acordo com Oliveira (2007) o pesquisador, na pesquisa documental, precisa ter uma análise mais cuidadosa acerca dos documentos utilizados.

De acordo com Cellard (2008) a análise documental deve seguir algumas etapas que garantam a confiabilidade do documento utilizado. Em primeiro momento, deve-se fazer uma análise crítica e preliminar do documento a ser utilizado. Para que essa análise seja bem sucedida, o pesquisador deve se atentar para o contexto no qual o documento está inserido. É importante que o contexto social global, no qual o documento foi produzido, para entender o ponto de vista ali defendido e as bagagens que o documento carrega consigo.

Outro importante aspecto a ser estudado, é a identidade dos autores dos documentos. Torna-se imprescindível que se conheça os interesses e os motivos que levaram a pessoas a escrever sobre tal assunto para que se possa compreender melhor o posicionamento do autor perante o assunto e o motivo pelo qual sua obra tornou-se referencia a ser utilizada.

Ainda segundo Cellard (2008), buscar a origem social, da ideologia e dos interesses particulares do autor, não garante que o documento seja uma fonte confiável a ser analisada. É importante que se verifique a procedência do documento e suas fontes referenciais, levando em consideração que às vezes os documentos podem receber uma tradução livre ou infiel, tornando-o uma fonte não tão segura de informação.

Por fim, deve-se atentar também à natureza, aos conceitos chave e à lógica interna do documento para que se tire conclusões a respeito do mesmo. O pesquisador precisa entender e se apropriar das informações contidas naquele documento, de forma que é impossível fazer uma análise fiel e rica a respeito de algo que o pesquisador não se apropriou.

Feita a análise preliminar, cabe ao pesquisador reunir todas as partes para fornecer uma interpretação coerente e genuína, levando em consideração o questionamento inicial e a problemática a ser pesquisada, assim como foi feito neste trabalho. Cellard (2008) coloca em seu texto, que a análise documental é um tipo de abordagem analítica que deve muito à Escola dos Anais e se distingue da abordagem positivista da escola metodista, que contava, essa última, com a acumulação de fatos históricos incontestáveis.

A história social, no entanto, modificou essa abordagem e, por conseguinte, utilizou-se preferencialmente a construção e desconstrução de dados como coloca Cellard (2008) ao citar Foucault (1989, p.14):

A história mudou de posição em relação ao documento. Ela se atribuiu como tarefa primeira, não interpretar, nem determinar se ele diz a verdade e qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo internamente e elaborá-lo; ela o organiza, recorta-o, distribui-o, ordena-o, reparte-o em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não o é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. Portanto, o documento não é mais para a

história essa matéria inerte, por meio da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado, e do qual somente o rastro permanece: ela busca definir, no próprio tecido documental, unidades, totalidades, séries, relações. (FOUCALT, 1969: 14)

Tendo em vista o acima exposto, o papel do pesquisador ao executar uma análise documental é desconstruir seu material de pesquisa para que possa reconstruí-lo de forma a responder seu questionamento inicial. É por meio do encadeamento das ligações entre a problemática do pesquisador e as diferentes observações extraídas da documentação fonte que o pesquisador tem a possibilidade de formular explicações e compreensões plausíveis para produzir uma interpretação coerente e reconstruir um aspecto relevante de uma sociedade qualquer.

Tendo por base essa desconstrução necessária para o êxito da análise, na presente pesquisa, as concepções de teoria do capital humano aplicada à educação e do trabalho como instrumento educativo, foram investigadas desde sua origem, anteriores a revolução industrial, até as relações que estabelecem com a educação profissional e com o SENAI nos dias de hoje.

Tal fato demonstra que por mais que a sociedade tenha evoluído em sua organização e tenha aderido ao sistema capitalista, a dominação por parte das classes dominantes sobre a classe trabalhadora sempre norteou o tipo de educação existente e as ações do Estado perante a sociedade. Como coloca Marx (2004), o Estado é o Estado de quem domina, portanto os anseios da classe detentora de poder têm prioridade em detrimento das necessidades de outras classes sociais.

Em suma, em razão da importante diversidade de fontes documentais existentes, o pesquisador deve atentar-se para realizar pesquisas de acordo com os seus interesses, ideias e diretrizes, sem deixar de considerar a procedência dos materiais utilizados como fonte e do contexto histórico no qual estão inseridos. Para que se tenha uma análise documental bem executada, o pesquisador deve se orientar por sua problemática sem tornar o processo fechado, uma vez que o processo é aberto e indeterminado, possuindo diversas fontes e direcionamentos que podem ser seguidos.

Ao pesquisador cabe manter o espírito crítico e aberto para o enriquecimento de sua pesquisa. Segundo Cellard (2008) aquilo que se apreende a partir da descoberta de

documentos e do posicionamento sobre os mesmos é o que abre os olhos do pesquisador a nossas perspectivas de um advento social e histórico que permite ao pesquisador indagar e refletir sobre.

Nesse sentido, ao analisar os documentos e as referências utilizadas nesta pesquisa, foi possível a desconstrução das informações dos documentos pesquisados e percebeu-se o tamanho da dominação e da influência que o sistema capitalista exerce no Brasil, na sociedade em que estamos inseridos e na educação.

Partindo da relação entre educação e trabalho, percebe-se que o sistema de produção comunal e de educação advinda do trabalho passada de geração e geração citada por Frigotto (1984) durou muito pouco, pois logo surgiram os modos de produção, que não satisfeitos com a capitalização dos produtos e serviços, fez do homem um produto de consumo através da apropriação de sua força de trabalho.

A partir do não trabalho da classe dominante e da exploração dos trabalhadores para a garantia de sobrevivência de ambos, a divisão de classes ganhou maior proporção. A educação passou a ser diferenciada, assumindo caráter dualista. Frigotto (1984) expõe que a educação da classe dominante passou a ser científica e provida pela escola formal. Enquanto que aos trabalhadores, destinava-se a educação mecânica e engessada, que não despertada o pensamento crítico nos indivíduos.

Nesse contexto, a relação entre educação e trabalho passou a ser mal interpretada. Devido ao caráter de improdutividade que a escola assumiu, considerava-se que ela era o lugar destinado a obtenção de conhecimento intelectual acessível aos poucos que podiam garantir sua sobrevivência pagando pela força de trabalho de outras pessoas, a classe dominante.

Saviani (2007) ressalta essa interpretação da relação entre educação e trabalho como a mais incoerente, visto que a educação e o trabalho não se excluem, pois possuem uma ligação intrínseca entre si. Porém, tal pensamento desencadeou o caráter dualista da educação e da escola, que além de ser diferenciada de acordo com o a classe que atende, passou a ser vista como objeto de consumo para aqueles que poderiam pagar por ela.

Desde então, o crescimento das desigualdades sociais e da grande discrepância entre os tipos de educação só aumentou. Ainda que o trabalho e a educação estejam

intrinsecamente ligados e sejam inerentes a origem do homem, essa relação mostrou grandes lacunas, tornando a educação mais associada ao não trabalho e a improdutividade do que ao trabalho como princípio educativo.

Outro aspecto relevante que Frigotto (1984) aborda, é que a origem da escola se dá em concomitância com a ascensão da burguesia e do capitalismo devido à necessidade de conhecimento vinculado aos processos produtivos que emergiram da ciência moderna. Com isso, pode-se dizer que mesmo a escola tendo surgido como uma instituição pública, gratuita, universal e laica, ela foi estruturada sob a égide do capitalismo e assume papel de ferramenta de disseminação da valorização econômica.

A partir daí, já é possível que se perceba que os princípios de educação igual para todos e da educação voltada para desenvolvimento humano são apenas teóricos, visto que para a sociedade manter suas relações de dominação e de obtenção de capital, a educação precisa segregar pessoas e garantir que elas tenham apenas o conhecimento necessário para que o sistema continue funcionando, sem questioná-lo. Ainda que possua ideais socialistas, a escola carrega o capitalismo em sua base, inerente a sua estrutura de funcionamento, por isso suas práticas acabam se tornando reflexo dos ideais dominantes que se sobrepõem aos ideais sociais.

Na sociedade moderna, esse predomínio continua a ganhar força, pois o contrato social estabelecido entre o Estado e a sociedade fez com que as pessoas acreditassem na falsa liberdade acerca da propriedade sobre sua força de trabalho e deixassem de perceber que o Estado deixava de se responsabilizar sobre a educação, fazendo com que as pessoas se responsabilizassem por sua formação educacional e por suas condições de vida.

Se antes a educação e a escola já não atendiam a todos de forma igualitária, devido a sua essência capitalista, com a desresponsabilização do Estado (OLIVEIRA, 2007) diante de sua responsabilidade social, essa situação tornou-se ainda pior. O trabalhador passou a ser o responsável por sua formação e passou a acreditar que ele deveria possuir o conhecimento suficiente que garantisse a continuidade de produção de sua força de trabalho e não de seu desenvolvimento intelectual e questionador. Com essa atitude, o Estado estimula a capacitação superficial e a valorização do preparo para o serviço e garante que essa realidade continue a se permear.

Com o crescimento e desenvolvimento do capitalismo e dos meios de produção, a necessidade de mão de obra aumenta e com isso a escola precisa qualificar mais gente de forma superficial para que as pessoas sejam capazes de atender aos interesses industriais. Em consequência o ensino ganha maior caráter fragmentado e desconectado. Essa nova realidade faz com que as pessoas se sintam despreparadas para o serviço e com que o desemprego e a discrepância entre situação real e ideal da educação aumente.

De acordo com o exposto, Ciavatta (1990) ao citar John Locke, Adam Smith e Karl Marx, explica que a transformação do significado do trabalho garantiu a ele um sentido de positividade, pois passou a ser visto como fonte de propriedade e riqueza proveniente da capacidade do homem. Nesse sentido, a concepção de trabalho passou a negar o seu sentido de essência do homem, tornando-se a atividade mais elevada do homem. Essa concepção tem sido cada vez mais valorizada e disseminada da sociedade. Antes o homem trabalhava para sobreviver e isso era natural de sua existência, agora a concepção mais forte é a de que o homem foi feito para trabalhar e o trabalho passou a ser o norteador de sua existência, tornando-o alienado (MARX, 2004).

Desde o início do século XX, o preparo para o trabalho manual se tornou cada vez mais presente nas instituições de ensino que atuavam em concomitância a introdução das escolas politécnicas advindas do socialismo e visavam à formação integral do homem, proporcionando desenvolvimento intelectual, mental, físico e prático combinado ao preparo para o trabalho.

Apesar da ideia de escola unitária que desenvolvesse o homem como um todo, ter sido bem disseminada por pensadores como Gramsci e Saviani, Frigotto (1984) argumenta que nem sempre o trabalho possui caráter educativo e dignificante para o homem. Ao submeter-se ao capital, tornado-o sujeito de tais relações, o homem na verdade se rende a relação de submissão e alienação ao trabalho, impedindo o seu crescimento integral. É esse tipo de pensamento que tem sido disseminada em instituições de ensino como o SENAI. O aluno torna-se sujeito de uma qualificação que se limita a prepará-lo para o trabalho abdicando do caráter de formação integral que deveria possuir.

Em contrapartida, a educação possui também um grande potencial de se tornar a ferramenta de articulação aos interesses dos trabalhadores, pois tem a capacidade de incitar o pensamento crítico e reflexivo. Se não fosse pelas relações capitalistas

inerentes à escola, a educação poderia e deveria ser pensada em uma unidade de ensino e trabalho produtivo, negando seu caráter dualista. Se a população se desse conta da importância que elas tem em suas mãos, conseguiriam que o Estado priorizasse suas necessidades para que assim, trabalhássemos todos para o crescimento do país e para o desenvolvimento igualitário, sem que as necessidades se sobrepusessem.

A educação profissional do SENAI, também inserida na estrutura capitalista, reflete bem a influência que a teoria do capital humano exerce sobre a educação, por estar associada às necessidades definidas pelas empresas e por suas necessidades de produção. Mesmo que tente não se limitar ao adestramento e tente promover o desenvolvimento integral do homem, a educação profissional continua a ser permeada por políticas e práticas educacionais que permeiam as concepções capitalistas.

Durante a execução dessa pesquisa pude perceber o estigma que a educação profissional carrega consigo, tornando-se limitada ao fornecimento de mão de obra para o sistema. Em teoria, as pesquisas e os documentos analisados retratam o trabalho como um princípio educativo explorado na educação profissional do SENAI, que se volta para o preparo do indivíduo *no* e *para* o trabalho, disseminando a ideia de que a sociedade estaria desenvolvendo o indivíduo por completo, garantindo sua formação integral e o seu preparo para o exercício da cidadania além de uma profissão. No entanto, sabe-se que não é isso que ocorre na prática.

As políticas de ensino profissional do SENAI abrangem o fim básico da educação profissional que é o de conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva e para o exercício da cidadania, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país (BRASIL, 1988). Na perspectiva de processo para o desenvolvimento de competências requeridas pela natureza do trabalho, a educação profissional visa permitir às pessoas assumirem atividades profissionais, como empregados, trabalhador autônomo ou empreendedor, em suas diferentes formas.

Dado o contexto de rápidas e contínuas mudanças que caracterizam a sociedade e das consequências diretas geradas no mundo do trabalho, um dos fins da educação profissional emanada do SENAI é o de que os cidadãos nele preparados adquiram condições de mobilidade profissional, seja por meio de transferência de saberes e competências transversais anteriormente adquiridas, seja por meio de aquisição de novas competências, na perspectiva da educação continuada. Diante disso, ultrapassa-se



cada vez mais a visão estreita de preparar para um posto de trabalho e passa-se para o enfoque de competências centradas nas pessoas, que favorecem a mobilidade profissional em diferentes contextos de atuação profissional.

Tendo em vista o trecho do PDI, citado a cima, é possível se constatar que apesar de muito se falar sobre o desenvolvimento pleno e o preparo para a cidadania, os próprios documentos enfatizam mais o preparo para o trabalho e o foco na empregabilidade e da colocação social das pessoas. Até hoje os velhos costumes continuam a ser permeados na sociedade e assim como antigamente, não é do interesse dos chefes de governo possuir pessoas que tenham mais do que o preparo necessário para o trabalho, para que elas não indaguem as relações de governo e busquem por maior participação no Estado nas questões sociais do país.

Um exemplo muito claro disso é a oferta de cursos de qualificação ofertados pelo SENAI para o preparo de mão de obra adequada para as festividades da copa das confederações e do mundo em 2013 e em 2014. Não precisamos nos esforçar muito para perceber que o Estado só está ofertando esses cursos de capacitação para garantir que as expectativas dos organizadores, provenientes dos chamados países desenvolvidos, sejam atendidas e que com a vinda de turistas e do aumento do capital, consigamos aproveitar ao máximo a oportunidade de crescimento econômico que provirá desses eventos. Nesse caso, não há preocupação com a mudança estrutural da educação ou com o desenvolvimento integral dos indivíduos, preocupa-se apenas em criar uma medida paliativa que consiga resolver a demanda imediata, gere capital e continue a disseminar os ideais capitalistas.

Caso a preocupação do Estado fosse diminuir as desigualdades sociais no país, a primeira medida que poderia ser tomada seria a unificação da educação no Brasil. Se a educação profissional pode vir a ser integrada ou concomitante ao ensino médio proveniente das escolas públicas, o mesmo deve ocorrer com as escolas particulares. Por que só os alunos provenientes de escolas públicas devem fazer cursos técnicos? Ou Por que apenas as pessoas com melhores condições financeiras podem se dedicar apenas ao estudo e investir em sua formação intelectual? O Estado deveria trabalhar as questões sociais do país, tornando o que é público, público, sem nenhuma ligação com o capitalismo ou com a obtenção de lucro.

Porém, essa se torna uma concepção um tanto utópica, tendo em vista o que é proposto por Souza (2007) ao citar Althusser (1980) quando ela coloca que o Estado é o Estado da classe dominante, e que por isso não assume caráter nem público, nem privado, pois o que se torna importante é o funcionamento do Estado e de seus aparelhos ideológicos. O que acontece é que o Estado assume a postura de produção de comercialização e consumo de modo que cria a ilusão de que o sistema social e o capital pudessem ocorrer de forma complementar, quando na verdade está apenas mascarando a dominando de um sobre o outro e atendendo às demandas daqueles que detêm o poder.

Nesse contexto, o SENAI reafirma o exposto acima. Criado por sindicais de representação empresarial, sua construção visa promover a expansão da indústria nacional em detrimento das políticas socioeconômicas implementadas na Era Vargas para impulsionar a modernidade e a atualização da sociedade brasileira perante as demais, ou seja possuir fins econômicos. No entanto, perante a sociedade, a criação dessa instituição visava voltar-se para os interesses e atendimento social. Mais uma vez, os interesses econômicos se sobrepõem aos sociais, que são utilizados para mascarar os reais interesses capitalistas presentes na instituição dessa entidade.

Segundo Manfredi (2002) a origem do projeto de construção do SENAI faz parte da estratégia dos industriais paulistas em disciplinar o trabalhador brasileiro, garantindo crescimento e alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na ideia de que o desenvolvimento industrial seria conveniente tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores e os brasileiros em geral, independente da classe social. No entanto, a contradição de uma instituição pensada e implementada por ideais capitalistas não nos permite acreditar que ela possua ideais de desenvolvimento social. Esse ideal de unir ideais socialistas e capitalistas não funciona, já vimos isso quando surgiu a proposta das escolas politécnicas.

Se com o advento da Revolução Industrial, a educação já era dualista porque não era interessante para as classes dominantes proporcionar conhecimento suficiente para que as grandes massas questionassem o sistema; na chamada era do conhecimento, a educação das massas passou a ser ainda mais precária. Quem pode, paga por uma educação superior de formação intelectual, especializações, mestrados e doutorados e quem não tem condições, se submete a educação profissional engessada voltada apenas para o trabalho e para as necessidades imediatas que garantam a continuidade do

sistema e da produção. Enquanto isso estiver sendo suficiente, ok. Porém, vivemos na era do conhecimento, em que as pessoas, os empregos e as informações podem se tornar obsoletas do dia para a noite, tornando a necessidade de atualização cada vez mais intensa.

Em concomitância com a privatização da educação, com as ações do Estado e com a supervalorização do capital, a teoria do capital humano reforça a ideologia neoliberal na qual está inserida, permeando as diretrizes educacionais do país, de modo que elas neguem os paradigmas do conhecimento e do desenvolvimento integral do indivíduo e implementem as políticas educacionais de modo tecnocrático, visando apenas o desenvolvimento econômico do país, perante a economia mundial.

Mais uma vez, a educação profissional é reduzida a uma ferramenta para a formação de força de trabalho. Se a princípio era de interesse da classe dominante ter mão de obra qualificada para a execução de serviços, o interesse no investimento educacional passou a ser nacional, visando o retorno financeiro para o país. A educação e a maior qualificação tornaram-se apenas um meio para se alcançar um fim.

Nesse sentido, a prática do Estado em visar à participação na economia mundial e a disseminação da teoria do capital humano refletem a complexidade da lógica neoliberal, que reduz o ser humano a um estoque de capital destinado a lógica mercantil capitalista, no intuito de ajudar a consolidar a inerente exploração humana que vem ocorrendo ao longo de décadas.

Tal fato constitui uma apologia à concepção burguesa da sociedade e das relações estabelecidas pelo homem, primando pela economia da educação que qualifica a mão de obra e fornece lucro. Legitima as desigualdades sociais e fita os recursos públicos - que já se tornaram diluídos nos recursos privados (SOUZA, 2007) - com caráter exclusivo de elevação da lucratividade do capital.

As políticas educacionais da educação profissional, como reflexo desse processo, respondem aos anseios do sistema produtivo e a economia da educação adquire caráter operacional com finalidade meramente quantitativa. Sendo assim, ousa pontuar que para que a educação, assim como suas políticas, adquira outra perspectiva faz-se necessário uma mudança nas bases do estado que propicie desvalorização à teoria do capital humano e da educação de caráter improdutivo.

Portanto, enquanto o Estado estiver condicionado à lógica mínima para as atividades sociais e máxima para as atividade de capital, a educação profissional vai continuar sendo afrontada como requisito fundamental apenas para o desenvolvimento econômico em detrimento da perspectiva humanista. Com isso, a educação profissional do SENAI, que segue a tendência do sistema dominante que o mantém continua a se voltar para o atendimento das relações capitalistas, deixando de atender ao caráter do trabalho como princípio educativo e de desenvolvimento integral que o trabalho e a educação profissional podem possuir.

**3ª PARTE**  
**CONCLUSÃO**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A educação e o trabalho sempre possuíram relação dialética entre si. O trabalho além de meio de sobrevivência humana serve como um meio de aprendizado, tornando-se também, um meio de obtenção de capital. A educação por sua vez, é vista como ferramenta de desenvolvimento e transformação humana, que se volta também para o preparo para o trabalho. Ou seja, a educação influencia o trabalho, assim como o trabalho pode influenciar a educação.

Nesse sentido, desde a divisão de classe proveniente da burguesia, a educação e o trabalho sofreram mudanças em suas concepções e aplicações. O trabalho e a educação voltados ao preparo para o exercício de uma profissão ganharam maior força conforme o capitalismo se expandiu e as relações mercadológicas passaram a dominar as relações do Estado e as políticas educacionais.

Seguindo essa lógica, o objetivo da presente pesquisa foi investigar se os ideais que nortearam a criação do Sistema S e a Educação Profissional do SENAI se voltam para o desenvolvimento integral do indivíduo, ou se vinculam à Teoria do Capital Humano, voltando-se apenas para a reprodução das relações sociais de produção e transformando-se em mediadora dos interesses do capitalismo.

Ainda que exista a possibilidade da educação articular propostas pedagógicas ao compromisso da transformação da sociedade, a influência da Teoria do Capital Humano sobre a educação profissional faz com que esta tenda a nortear os seus princípios e práticas segundo os padrões do mercado, da produtividade e da competitividade, estimulando seus sujeitos a pensar de forma individual.

O Sistema S surge nesse contexto com o intuito de promover o aperfeiçoamento profissional como uma de suas modalidades de ensino que prepara as pessoas para o mundo do trabalho. Ele serve para atualizar ou complementar os conhecimentos que o trabalhador já possui, sem se preocupar em desenvolver o indivíduo de forma humanística e integral.

Para ajudar na qualificação e na formação profissional de seus empregados, os empresários têm no Sistema S um forte aliado. Formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas), as entidades oferecem cursos gratuitos em áreas importantes da indústria e comércio.

O fato de serem oferecidos cursos gratuitos à sociedade não implica na adoção de um caráter social por parte das entidades do Sistema S. Enquanto oferecem cursos gratuitos, essas instituições garantem a formação de quantidade de mão de obra adequada e necessária para que os sistemas de produção continuem a se reproduzir, garantindo a perpetuidade das relações econômicas e do acúmulo de capital.

A origem do projeto de construção do SENAI fez parte da estratégia dos industriais paulistas em disciplinar o trabalhador brasileiro, garantindo crescimento e alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na ideia de que o desenvolvimento industrial seria conveniente tanto para os empresários, quanto para os trabalhadores e os brasileiros em geral, independente da classe social.

Com isso, percebe-se que a relação entre a concepção metodológica da educação profissional do SENAI, a Teoria do Capital Humano e seus ideais capitalistas, que tende a visar o lucro e a obtenção de capital e deixar de abordar o trabalho como um princípio educativo para o desenvolvimento do sujeito como indivíduo completo e histórico, reduzindo-o apenas a um estoque de capital destinado a autenticar a lógica mercantil capitalista.

Tal fato é apontado desde a dualidade histórica do educação básica e da educação profissional, que provêm da desigualdade estrutural da sociedade e das recentes reformas que com o intuito de romper essa desigualdade, tem na verdade, reforçado-a.

A redefinição dos papéis do Estado e da sociedade permitiu que as políticas e a gestão compartilhada da educação fossem flexibilizadas e gerassem um novo papel à cidadania. O Decreto 2208/97 (BRASIL, 1997) ressaltou essa lógica ao separar o ensino médio da educação profissional de nível técnico. Com isso, as reformas educacionais do final dos anos 90, mostraram a força centralizadora na constituição e no controle dessas políticas ao garantir autonomia para as escolas.

A falta de investimentos nacionais em educação integrada à ciência e à tecnologia foi justificada pelo capitalismo brasileiro e embora os discursos dos documentos referentes à educação profissional apontem para o preparo para o trabalho complexo, esta formação ainda se limita às escolas técnicas federais, tendo em sua maioria a disseminação de conhecimento superficial e fragmentado voltado ao mercado de trabalho.

Décadas se passaram e a Teoria do Capital Humano se revestiu de novas ideias e novos parceiros visando disseminar seus ideais mercadológicos. Tendo isso em vista, a educação continua direta ou indiretamente servindo ao capital, formando a mão de obra útil para este sistema, mascarando desigualdades e perpetuando o sistema capitalista.

A escola, que tem se constituído como uma instituição reprodutora das relações sociais tem sido usada como mediadora dos interesses do capitalismo e por isso deve-se pensar em uma nova possibilidade de articular a educação a uma proposta pedagógica que possua o compromisso de transformar a sociedade e emancipar os indivíduos em desacordo com hegemonização praticada.

Com a implantação a política de Educação Profissional, de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação e do Decreto n ° 5154/04, a educação profissional caracteriza-se de fato, para a formação para o trabalho simples, voltado para o mercado de trabalho, antagônico a ideia da escola unitária e alimentado o caráter dualista da educação, reforçando a necessidade de mudanças nas propostas pedagógicas.

Ao final deste trabalho, percebo que o desafio atual da educação profissional consiste em identificar e fortalecer as forças políticas presentes no Estado nas disputas de projetos societários e educacionais contra hegemônicos que fortaleçam a educação profissional e promovam a emancipação dos jovens e adultos trabalhadores, afim de garantir-lhes maior autonomia diante do sistema no qual nos inserimos.



## **PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS:**

Quando ingressei no curso de Pedagogia, não sabia ao certo o que viria pela frente. Escolhi essa área pelo gosto em trabalhar com pessoas e por acreditar que a educação tem relação com tudo, sendo esta, uma ferramenta de grande potencial transformador para a humanidade.

Durante a graduação tive a oportunidade de conhecer um pouco de várias áreas da Pedagogia: Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação para PNEE e por fim conheci a área de Educação e Trabalho, com a qual eu senti maior identificação e interesse em me aprofundar.

Ao longo do curso, tive excelente mestres, ótimos colegas e oportunidades de aprendizado e crescimento imensuráveis. Por isso, irei me esforçar ao máximo para aplicar os bons ensinamentos que tive e contribuir para a formação e desenvolvimento de meus futuros alunos e pessoas com as quais eu vier a trabalhar.

Sei que a carreira de um educador não é a mais valorizada e reconhecida, no entanto, é imensurável a gratificação de participar na formação de cidadãos conscientes de si e do mundo.

O que o futuro me reserva ainda é incerto, porém concluo minha graduação com a certeza de que escolhi o caminho certo a seguir e que serei muito feliz na minha profissão. Uma das coisas que mais gosto é estudar e conhecer, por isso pretendo não parar por aqui e continuar a me aprofundar e aperfeiçoar cada vez mais para me tornar uma profissional melhor.

Com essa pesquisa, concretizo o meu interesse pela temática da educação e do trabalho e do caráter transformador que ambos possuem. O exposto neste trabalho foi apenas o pontapé inicial para um pesquisa mais aprofundada a cerca da educação profissional integrada e integradora que pode vir a ser feita.

O campo da educação é vasto e merece ser cada vez mais investigado e entendido e acredito que é papel dos educadores procurar entender as relações da educação com a sociedade ao longo do tempo e nos diferentes contextos históricos em que se insere para que a educação consiga anteder mais pessoas e garantir um desenvolvimento emancipado

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. 2012. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/objetivos.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CIAVATTA F., M. A. O trabalho como princípio educativo - Uma investigação teórico-metodológica (1930-1960). Rio de Janeiro: PUC-RJ, (Tese de Doutorado em Educação), 1990.

Composição do Sistema S. Disponível em <http://www.senai.br>. Acessado em: 20/11/2012.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. Tradução Eduardo Brandão. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. e RAMOS, M. N. (Orgs.) Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Um. (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

- MANFREDI, Sílvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Jesus Ranieri, São Paulo: Bointempo, 2004.
- MARX, Karl. O capital. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2006.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, Vozes, 2007.
- Plano de desenvolvimento institucional SENAI. Disponível em: [http://portais.fieb.org.br/portal\\_faculdades/faculdade-cimatec/plano-de-desenvolvimento-institucional.html](http://portais.fieb.org.br/portal_faculdades/faculdade-cimatec/plano-de-desenvolvimento-institucional.html). Acessado em: 03/01/2013.
- SALDANHA, Letícia de Luca. O pronatec e a relação ensino médio e educação profissional. 2012. Artigo disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. Acesso em 18 fev. 2013.
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação. V.12, Nº 4, 2007.
- SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. Rio de Janeiro. 1989.
- SCHULTZ, Theodore W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SOUZA, Leila D'arc. A reforma do Estado e a cultura da gestão empresarial na escola pública. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.